

**OFICINAS EM DINÂMICA DE GRUPO
COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA: CONTRIBUIÇÕES
METODOLÓGICAS AOS ESTUDOS SOBRE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

**WORKSHOPS IN GROUP DYNAMICS WITH WOMEN
VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE: METHODOLOGICAL
CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF GENDER VIOLENCE**

Karinne Regis Duarte*

RESUMO: A proposta deste trabalho é problematizar questões relacionadas à violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, apresentando como método de intervenção as Oficinas em Dinâmica de Grupo que serão realizadas com mulheres vítimas de violência, como um espaço que possibilita mudanças de posicionamentos, de forma crítica e emancipatória, no que se refere à opressão, aos constrangimentos e humilhações vivenciados por mulheres que denunciam situações de violação de seus direitos na DEAM/Catalão – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

Palavras-Chave: Violência. Gênero. Grupos.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to confront issues related to violence against women, especially domestic violence, presenting as a method the intervention Group Dynamics Workshops with women victims of violence, as a space that allows for transformation of positions concerning to oppression and humiliation experienced by women who report cases of violation of their rights in DEAM/Catalão – Police in Specialized Care for Women.

Keywords: Violence. Gender. Groups.

[..] Na zona rural de Planaltina de Goiás, Andréia da Silva Oliveira foi assassinada aos 15 anos com uma peixeira. Acabava ali o sonho de ser mãe que a acompanhava desde pequena. Ela ainda brincava de bonecas quando descobriu estar grávida de um casal de gêmeos. Recebeu 57 facadas de Francisco das Chagas Cardoso, 54 anos. Os dois trabalhavam na feira central da cidade. Um interesse

* Psicóloga. Mestre em Psicologia Social. Professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Email: karinnregis@yahoo.com.br

não correspondido teria sido a motivação para o assassinato. Mesmo após um ano e três meses da morte de Andréia, o pai dela, Damião Caetano de Oliveira, 42, entra e sai da sala da casa onde mora e se mostra transtornado em recuperar na memória os detalhes do crime que destruiu os planos ainda imaturos da filha. (“Violência contra mulheres no interior do Brasil resiste ao Tempo”. Correio Braziliense, matéria publicada em 14/04/2011)

Adrieli Camacho Almeida, de 16 anos, foi morta a facadas por um adolescente, também de 16 anos, irmão de sua namorada. O adolescente confessou o crime à polícia de Goiás, que acredita que se trata de um crime de homofobia. Os suspeitos são os familiares da namorada de Adrieli, que se opunham ao relacionamento entre as garotas. Quase um mês após seu desaparecimento, o corpo de Adrieli foi encontrado na fazenda da família da namorada em Itarumã (a 321 km de Goiânia). Ela foi vista pela última vez saindo de um bar com o adolescente em Cassilândia (MS), cidade próxima a Itarumã.

A polícia encontrou o corpo após indicação do irmão mais novo do adolescente, um garoto de 13 anos, que disse que seu irmão ofereceu-se para ajudar Adrieli a viajar para Itarumã para que ela fugisse com a namorada. No caminho, ele teria matado a adolescente a facadas. O garoto disse à polícia que viu o irmão enterrar o corpo na fazenda e jogar em um rio a moto em que Adrieli viajava.

O fazendeiro e pai dos dois meninos foi preso. Ele nega ter participação ou conhecimento no crime. (“Adolescente mata namorada da irmã.” Agência Patrícia Galvão, matéria publicada em 07/04/2011)

Diariamente, somos invadidos e invadidas por manchetes jornalísticas que exploram atos violentos em contextos e situações em que as vítimas são mulheres. Violência é invasão, ruptura. Acreditamos ser uma tarefa urgente para o enfrentamento da violência contra a mulher o estabelecimento de práticas que possibilitem outros olhares, diferentes atitudes e posicionamentos que provoquem mudanças no que se refere à opressão, à discriminação e aos constrangimentos, pelos quais passam a mulher brasileira. Prevenir e erradicar a violência contra a mulher é um trabalho coletivo, de cooperação e participação ativas, de todos os segmentos da sociedade. É pensarmos em práticas de transformação que desconstruam ideias que ainda estão amplamente enraizadas em nossa cultura, quando se trata do gênero feminino e do gênero masculino.

Os fenômenos sociais, aqui em particular a violência contra a mulher no espaço doméstico, devem ser analisados como construções inseridas em contextos específicos. Nossos olhares devem estar voltados para uma

análise que não descarte as particularidades da realidade brasileira, marcada por exclusões e desigualdades, em que a violência passa a ser utilizada não somente como uma forma de enfrentamento dessa realidade, mas também como recurso à própria sobrevivência (ZALUAR, 1994).

Promover mudanças nos valores sociais relacionados às questões da violência de gênero, em especial à violência doméstica, a partir de práticas que possibilitem transformações sociais e propiciem a tomada de consciência de mulheres goianas, em especial, envolvidas em situações e contextos de violação de seus direitos, é a proposta central deste trabalho. Como uma prática de intervenção psicossocial que tem como objetivo a promoção de saúde, a Oficina em Dinâmica de grupo é uma proposta significativa de intervenção nos trabalhos que serão realizados com grupos de mulheres vítimas de violência doméstica, porque é um método que possibilita a tomada de consciência, de forma crítica, de cada uma das participantes, a partir de sua participação nas decisões concernentes à transformação de suas próprias vidas. Neste sentido, entendemos que a promoção de saúde, em seus princípios fundamentais, coincide com uma visão de educação para a saúde que é reflexiva, participativa, crítica e emancipatória.

Apesar das inúmeras iniciativas de enfrentamento e combate à violência contra a mulher sejam da sociedade civil, de entidades não-governamentais e/ou de órgãos governamentais através de Políticas Públicas para a Mulher, por exemplo –, o problema da violência doméstica nas cidades brasileiras ainda não tem alcançado nem a visibilidade que a questão exige nem os suportes profissionais necessários para o atendimento às vítimas. A violência doméstica encontra visibilidade, na maioria dos casos, quando é representada, manejada e divulgada pela mídia, que explora acontecimentos violentos em que o desrespeito e a banalização da vida dão o tom às notícias divulgadas, como por exemplo, as notícias que inauguram as discussões, neste trabalho (SODRÉ, 1992).

Nesta (in)visibilidade da violência doméstica, nos deparamos com uma série de dificuldades, quando buscamos informações e dados sobre este tema. Vejamos. As situações de violência acontecem no espaço privado e, na maioria das vezes, a vítima não admite ou não reconhece que tais situações aconteceram. Diante disso, as informações e dados restringem-se, muitas vezes, a casos extremos, quando a violência acabou em morte ou quando a vítima procura um refúgio, fora de casa. Escapar de um marido violento torna-se difícil quando há uma relutância das pessoas em admitir que esta forma de violência, além de ser uma questão social, é uma questão de educação, de saúde pública, de políticas públicas, jurídico-penal a enfrentar simultaneamente. As agressões acabam confinadas no domínio do privado, e, conseqüentemente, não se constituem em um problema político. Assim, propostas de ações preventivas, de mobilização e conscientização da

sociedade, de atendimento às vítimas, são, ao mesmo tempo, desafiadoras e pouco valorizadas, por conta da invisibilidade da violência doméstica e da trajetória histórica de práticas de opressão à mulher.

É importante esclarecer que não se trata, aqui, de reduzir a discussão à luta entre homens e mulheres, mas sim, deslocar essa discussão para o campo dos Direitos Humanos, para a cidadania. Sem as mulheres, os direitos não são humanos e uma vida sem violência é um direito de todas as pessoas.

As diferenças entre mulheres e homens são construídas historicamente, nas/pelas sociedades, em contextos específicos, e não se resumem somente ao sexo feminino ou masculino, ou seja, às características anatômicas, físicas ou biológicas. Torna-se necessário compreendermos as questões de gênero a partir de uma perspectiva relacional, já que os gêneros se constroem nas/pelas relações sociais. Nesta concepção, o masculino e o feminino não são dois mundos à parte. Então, podemos pensar em múltiplas masculinidades e feminilidades, em pluralidades. (CARVALHO; TORTATO, 2009)

Diante da diversidade teórica que orienta as discussões sobre a dinâmica dos processos grupais, e da variedade de práticas de intervenção em grupos, torna-se necessário definirmos inicialmente o lugar de onde falamos e as opções teórico-metodológicas que orientam nosso *quefazer* em grupos. Apresentaremos, a seguir, ao leitor e à leitora, os pressupostos teóricos que orientam o trabalho com Oficinas, a partir de uma perspectiva psicossocial.

Mas o que é um grupo, afinal?

Neste momento, convidamos o/a leitor/a a percorrer conosco algumas perspectivas que discutem o conceito de grupo. Não se pretende, entretanto, esgotar as diversas produções sobre o assunto, ou analisar exaustivamente cada uma delas. A proposta é delinear-las, encaminhando o/a leitor/a às fontes em que informação e análise poderão se ampliar. Além disso, cada perspectiva possui aspectos que se complementam, mas também posicionamentos que se divergem. A tentativa é apresentar as contribuições da Psicologia Social, sob o olhar de autores/as que analisam o processo grupal.

O grupo não é entendido aqui, neste trabalho, como um conjunto de estruturas estáticas, constituídas pela soma das individualidades de suas participantes. Os elementos estão em constante movimento. Então, é fundamental que pensemos o grupo como um processo. O processo grupal inclui uma série de movimentos que o grupo faz no intuito de alcançar os objetivos a que se propõe. Tais movimentos possibilitam reflexões sobre as relações intra (entre as participantes do grupo entre si e com a coordenação do grupo) e intergrupais (interações com/entre outros grupos) que vão sendo estabelecidas, e que propiciam, conseqüentemente, um processo transformador de visões de mundo ao possibilitar uma (re)leitura deste mun-

do através de aprendizagens compartilhadas e empreendidas pela ação das próprias participantes do grupo. A aprendizagem nas Oficinas torna-se um processo dinâmico, ao possibilitar mudanças em toda a estrutura e dinâmica do grupo, mudanças essas empreendidas pela ação de suas participantes, favorecendo uma compreensão crítica destas mulheres sobre seu contexto, e de si mesmas nesse contexto. Neste processo, podemos apontar duas dimensões, dentre várias outras envolvidas no acontecer grupal, que vão sendo construídas: o grau de autonomia que o grupo desenvolve, e a elaboração que cada uma das participantes alcança diante dos objetivos comuns estabelecidos. A dinâmica de grupo é, portanto, o movimento que o grupo faz ao se constituir enquanto tal (AFONSO, 2006a).

Ao longo da dinâmica grupal, as participantes do grupo vivenciam um processo transformador e instituinte de novos modos de ser e de estar no mundo. As explicações individualistas cedem lugar a um cenário de questionamentos e reflexões compartilhados, num espaço onde as diferenças não são vistas como algo a ser excluído ou negado. Ao contrário, é um trabalho de acolhimento à diferença que é produzida na processualidade. Uma diferença que não se deixa capturar por explicações lineares de causa-efeito, ou por leis psicologizantes que normalizam comportamentos, através da imposição do que é “normal” e/ou “aceitável” em determinado contexto, para uma dada sociedade.

Nesse sentido, a proposta de Oficinas permite a ampliação de horizontes, propiciando um espaço de elaboração de questões sobre a violência doméstica, a partir da experiência de mulheres vítimas de violência. Assim, é um espaço instituinte de novas formas de sentir e pensar que não estão ancoradas em discursos de verdades fixas, totalizantes. As Oficinas nos permitem refletir sobre nossa condição humana em contínua transformação, construída a partir da multiplicidade de discursos que nos transformam: o avesso de uma concepção de ordem natural e imutável da realidade.

Para Lane (2004), o estudo dos pequenos grupos é essencial para que possamos compreender as relações indivíduo-sociedade, pois o grupo é condição necessária para que o sujeito supere sua condição individualista, tornando-se um agente consciente na produção de sua própria história. Desse modo, só podemos localizar o significado da existência e da ação grupal dentro de uma perspectiva histórica, que considere a sua inserção na sociedade, com suas determinações institucionais, culturais, políticas, sexuais, econômicas e ideológicas. Partindo de tais colocações, o próprio grupo só poderá ser (re)conhecido enquanto um processo histórico, e é neste sentido que a autora propõe falarmos em processo grupal ao invés de grupo.

Para Lapassade (1977) toda a relação social se concretiza sempre nos grupos. Estes, por sua vez, podem vir a configurar organizações e são ambos sobredeterminados pelas instituições. Os processos psicossociais se concre-

tizam, em primeira instância, nos grupos. Eles são a base da vida cotidiana. Então, vivemos cotidianamente o instituído nas relações intersubjetivas dentro dos grupos que nos encontramos inseridos. Há, portanto, sempre a mediatização da instituição no grupo. Da relação entre a força instituinte e o instituído surge a necessidade de luta e de ação dos grupos sociais. O autor propõe uma intervenção que assuma um caráter político imediato: o trabalho no nível organizativo dos grupos, no sentido de libertação e da tomada de decisão por esses grupos.

Nesta perspectiva, o grupo não é analisado a partir de uma abordagem dicotômica em relação ao sujeito, mas como condição necessária para se conhecer as determinações sociais que interatuam na constituição desse sujeito, como sujeito histórico, partindo do pressuposto de que toda ação transformadora só pode acontecer quando os sujeitos se agrupam (ENRIQUEZ, 1997).

Para Lewin (1948), a mudança cultural só é possível a partir da base da sociedade, daí a importância do estudo dos pequenos grupos, ou grupos de interação face a face. Nessa interação face a face, os sujeitos se apreendem mutuamente num vivido compartilhado, em um processo de comunicação intersubjetivo, inseridos em um contexto sócio-histórico específico. Então, sem excluir os conflitos, os sujeitos compartilham valores, linguagens e práticas sociais. Nesta abordagem, compreender a ação dos sujeitos participantes de um grupo implica compreender suas ações dentro da dinâmica de seu campo social, de um lado, e as percepções socialmente construídas por tais indivíduos no interior deste campo, de outro. Os grupos são, ao mesmo tempo, influência, instrumento e contexto para a mudança social. O grupo é considerado como um campo de forças e a sua dinâmica é o resultado da interação de seus componentes, em um campo psicossocial. Desse modo, o grupo não é o resultado apenas das psicologias individuais, mas sim um conjunto de relações em constante movimento.

Ao buscar analisar os processos psicossociais que se constroem (e são construídos) na/pela realidade, a Psicologia Social enquanto área de saber assume uma conotação que se distancia do modelo das ciências naturais, que supõem a objetividade, a neutralidade e a independência entre observador/observado. Dessa forma, o máximo de objetividade que se pode conseguir, neste campo de conhecimento, é aquela que supõe o sujeito que observa como um dos elementos do campo de observação. Portanto, o grau máximo de objetividade é conseguido quando se inclui a subjetividade. O conhecimento psicológico será aquele que na relação se faz da relação. É a relação que se conhece, e ela é sempre uma realidade intersubjetiva. Além disso, é necessário observar que a ordem dos processos grupais passa, necessariamente, pela ordem dos processos institucionais, construindo uma intersubjetividade matriciada nas relações institucionais concretas (GUIRADO, 2004).

Nesta mesma direção, Pichon-Rivière (2009) nos aponta que o objeto de estudo da Psicologia Social são os vínculos interpessoais e outras formas de interação, numa perspectiva interdisciplinar, operativa e instrumental. Assim, como uma ciência do campo da práxis, a psicologia social dedica-se às interações voltadas para uma mudança social, numa perspectiva integradora do homem-em-situação. A relação entre estrutura social e configuração do mundo interno do sujeito é abordada a partir da noção de vínculo e conseqüentemente, o ponto de partida para a investigação em Psicologia Social é a práxis.

É nesse sentido que Kurt Lewin, na década de 40, propunha o seu método de pesquisa-ação, afirmando que a Psicologia Social é uma ciência comprometida com uma prática. A pesquisa-ação se define essencialmente pelo elo entre o saber e o fazer, partindo de uma perspectiva epistemológica interdisciplinar e buscando relações entre saberes científicos e saberes populares. Dessa forma, o saber científico se enriquece, a reflexão e ação conjuntas dinamizam o social, desconstruindo formas cristalizadas de funcionamento e instituindo-se transformações na realidade social. A pesquisa-ação tem como objetivo a construção de conhecimento através da pesquisa, e a transformação social através da ação (LEWIN, 1948; ROCHAEL NASCIUTTI, 1996).

Oficinas em dinâmica de grupo com mulheres vítimas de violência doméstica

“Se pelo conhecimento inventamos mundos...
Que possamos inventá-los de maneira decente!”

Tânia Mara Gali Fonseca

Segundo Afonso (2006a), a oficina é um trabalho estruturado, independentemente do número de encontros, focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar em um contexto social, envolvendo as participantes a partir de uma perspectiva totalizante e integral, ou seja, suas formas de pensar, sentir e agir. Embora seja uma intervenção que possibilita a informação e reflexão, a oficina não se restringe a um projeto pedagógico porque trabalha também com os significados afetivos e com as vivências das participantes, relacionadas aos temas a serem discutidos. E, embora o trabalho em grupos envolva um processo de elaboração de experiências, emoções e revivências, a oficina se diferencia de um grupo de terapia, já que se limita a um foco específico, e não a uma análise psíquica profunda de suas participantes.

Ainda segundo a autora, a oficina nos permite analisar a dinâmica dos processos grupais a partir de três dimensões – uma dimensão psicossó-

ciológica, baseada nas contribuições de Kurt Lewin (1948), suas propostas de pesquisa-ação e da Teoria de Campo, além das análises das instituições, como nos sugere Enriquez (1997) e Lapassade (1977); uma dimensão psicodinâmica, incluindo aqui, uma interlocução com Pichon-Rivière (2009) e uma dimensão pedagógica, na companhia de Paulo Freire (1976; 1980) e seus trabalhos sobre a pedagogia da autonomia.

No Brasil, 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica, segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia, ligada ao governo da Holanda e a ONU. Nosso país é o que mais sofre com este tipo de violência, segundo a Coordenação para assuntos da Mulher do governo do Distrito Federal, em 2009. Dentro deste cenário, de janeiro a outubro de 2009, Goiás ocupou o oitavo lugar no ranking de ocorrências de violência contra a mulher, segundo levantamento feito pelo Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Governo Federal.

Até bem pouco tempo, a violência doméstica não era incluída como tema de pesquisas no campo acadêmico, embora a violência de companheiros e ex-companheiros contra suas esposas e ex-esposas tenha sido uma prática usualmente admitida por algumas sociedades, em determinadas épocas. A crença de que agredir a mulher é um direito do marido ainda encontra apoio em muitas tradições culturais. Nestes contextos, a violência doméstica não é vista como um crime, mas sim, como algo inerente ao espaço privado, o que contribui para a naturalização de práticas violentas, minando possibilidades de intervenção. Isso justifica alguns ditados populares, como por exemplo: “em briga de marido e mulher, eu não meto a minha colher”, ou “eu não sei porque eu bato, mas ela sabe porque apanha!” (LUZ, 2009).

Apanhar dói, não restam dúvidas! Embora tais ditados justifiquem e consolidem a necessidade da violência como prática educacional, especialmente no âmbito familiar, é inaceitável acreditar que as pessoas gostem de ser violentadas, agredidas, humilhadas ou viver ameaçadas. Além disso, muitas vezes, as mulheres são consideradas culpadas pela violência que sofreram (ou ainda sofrem), e suas reputações são colocadas como duvidosas. Na verdade, a cultura delega a homens e a mulheres padrões diferentes de moralidade e de valores que acabam orientando formas de discriminação das mulheres. Nos universos da moral e dos bons costumes, os crimes contra a organização familiar, por exemplo, acabam sendo considerados como legítima defesa, não só da honra pessoal, mas também como proteção à própria família, o que acaba contribuindo para se justificar os crimes passionais. É mantido o discurso de que a mulher deve tolerar o adultério, os maus-tratos, o abuso e as mais variadas formas de violência e esse discurso acaba sendo incorporado pelas mulheres como um modo de vida. É um modelo de obediência, de resignação e de silenciamento que é imposto a elas (LUZ, 2006).

O tema e a análise da demanda

Afonso (2006) nos orienta que analisar a demanda é interpretar a necessidade dentro de uma situação e responder a ela com uma proposta de ação. Então, o nosso trabalho é articular as necessidades destas mulheres, agentes sociais em um determinado contexto sócio-histórico e cultural, a uma proposta de intervenção em grupos. A demanda é o resultado dessa negociação entre as mulheres que sofrem violência doméstica, e a equipe de trabalho, num sentido dialógico. O importante é que a proposta de trabalho seja aceita, nunca imposta, e que contribua para a promoção de práticas emancipatórias que possibilite melhores condições de vida para essas mulheres, entendendo que melhores condições de vida significam, necessariamente, melhores condições de ser e de estar no mundo.

A delimitação dos temas a serem discutidos nas Oficinas foi realizada a partir da análise de dados coletados em Inquéritos Policiais, além de entrevistas conduzidas com mulheres que compareciam à DEAM/Catalão para denunciar situações de violência. Essas informações nos possibilitaram conhecer a realidade dessas mulheres, além de orientar nossas propostas de intervenção, no intuito de atender as necessidades colocadas por elas, com uma proposta de intervenção contextualizada e significativa.

As oficinas serão realizadas, num primeiro momento, em salas destinadas ao trabalho em grupos, no Centro de Aplicação da Psicologia – CE-APSI, da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, pois a DEAM/Catalão ainda não possui salas suficientes para o trabalho em grupos, em suas instalações atuais. Serão realizadas quatro Oficinas, cada uma com as seguintes propostas temáticas: “Separação: uma difícil decisão”, “Conversando sobre violência e drogas”, “Violência à flor da pele: conversando sobre corpo e sexualidade” e “Violência contra a mulher: vamos quebrar esse silêncio”.

Pré-análise e as escolhas de foco e temas geradores

A pré-análise é um momento de diagnóstico em vários aspectos, já que inclui o levantamento de dados importantes sobre as questões a serem trabalhadas nas oficinas. Os dados coletados em entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica e análise de Inquéritos Policiais são especialmente importantes, não somente para o preparo da função da coordenação da Oficina, mas também por possibilitar a delimitação de um foco central e de temas-geradores que serão abordados pelas participantes do grupo.

Os temas-geradores, assim como as palavras-geradoras de Paulo Freire, são temas que mobilizam o grupo porque se relacionam à experiência, tocam em necessidades, medos, alegrias, conflitos e possibilidades, estimulando a participação e a troca de experiências. A escolha dos temas-gerado-

res deve ser feita a partir do diálogo com o próprio grupo, levando-se em consideração o que as participantes desse grupo gostariam de abordar, respeitando sempre o emergente do grupo, a tolerância e a ansiedade que tais temas possam despertar, em cada momento do acontecer grupal (AFONSO, 2006b).

Cada oficina irá discutir temáticas específicas, como por exemplo, as dificuldades que essas mulheres enfrentam para se separar de seus companheiros violentos, a criação dos filhos, o uso/abuso de drogas por seus companheiros e as situações de violência vivenciadas no lar, a questão do corpo violado, da sexualidade, das situações de violência enfrentadas pelo fato de ser mulher. A elaboração de problemas relacionados à violência doméstica, ao gênero, às relações de poder, à sexualidade, à afetividade são temas que serão refletidos em cada uma das Oficinas, levando-se em consideração as especificidades e os objetivos de cada tema proposto.

O enquadre

O enquadre refere-se à organização, ou seja, à estrutura para a realização do trabalho, levando-se, sempre, em consideração as condições institucionais. Como se trata de oficinas com mulheres vítimas de violência doméstica, a escolha do enquadre privilegia a privacidade dos encontros, além de um espaço de acolhimento que facilite as trocas de experiências, de forma (co)operativa. Este espaço de trocas permite às participantes do grupo perceber que não se trata de uma problemática individual, mas compartilhada. Outra questão importante refere-se aos limites institucionais, já que as oficinas serão realizadas no CEAPSI da UFG/CAC.

Um planejamento flexível, com recursos às técnicas e atenção ao acontecer grupal

As oficinas serão planejadas de forma global, detalhando-se previamente cada encontro, temas-geradores, e técnicas de dinamização de grupos a serem utilizadas. O planejamento flexível justifica-se pelo fato de nos possibilitar um olhar mais integralizador de todo o processo. Cabe a cada coordenadora escolher, juntamente com o grupo, que caminho tomar, dependendo do tema, do tempo, da profundidade da abordagem dos temas-geradores e do contexto institucional. A proposta é revisitar sempre o planejamento, ao longo do acontecer grupal, a partir da escuta atenta e cuidadosa dos interesses do grupo.

A sequência e organização dos encontros

Cada encontro será organizado a partir de três momentos básicos, conforme nos orienta Afonso (2006b), seguindo uma sequência que parte de temas mais gerais (e que despertam menos ansiedade), para os temas mais específicos, a menos que o grupo solicite o contrário. Vejamos:

- 1- Um momento inicial que tem como objetivo preparar o grupo para as atividades de trabalho que serão desenvolvidas no encontro, seja através de técnicas de aquecimento e/ou relaxamento, ou através de atividades que propiciem a atualização, para o grupo, da proposta a ser trabalhada no dia;
- 2- Um momento intermediário, que possibilite ao grupo se envolver em atividades reflexivas e elaborativas sobre o tema trabalhado;
- 3- Um momento de sistematização e avaliação do trabalho, o que permite uma visualização do grupo, de toda a sua produção como grupo de trabalho, além de propiciar reflexões sobre o processo do grupo por suas participantes, e facilitar a tomada de decisões sobre os encontros seguintes.

A utilização de técnicas de dinamização de grupos

Para Afonso (2006b) o uso das técnicas favorece a sensibilização ao tema a ser trabalhado, a expressão de vivências e sentimentos relacionados ao tema do dia, a comunicação intragrupal e a ressignificação das experiências por meio de estratégias que permitem reorganizar a maneira de narração. Os discursos que emergem no campo grupal abrem espaço para uma diversidade de significados, para a sistematização das ideias propostas, além de levantar diferenças e diferentes opiniões.

As técnicas são meios, e não um fim em si, utilizadas no intuito de articular o tema trabalhado com a experiência de cada uma das participantes, e adquirem um valor dialógico importante quando relacionadas a todo o acontecer grupal, à reflexão central do grupo e à tarefa. Além disso, as técnicas favorecem a criação de uma estrutura que promove abertura perceptiva no campo grupal, permitindo a expressão de sentimentos e ideias a partir da encenação de relações para além da cristalização de papéis, possibilitando a sensibilização e abrindo espaços para a apreensão de outros significados. As técnicas propostas podem ter objetivos variados, como sensibilização, interação, reflexão, sistematização, mediação de conflitos, por exemplo, mas sempre se referem ao processo vivido pelo grupo, em sua dimensão afetiva e social.

O papel da coordenação

O papel da coordenação da oficina é mediar a realização dos objetivos do grupo (a tarefa externa) e a experiência no grupo (tarefa interna), ou seja, a coordenação deve estar atenta ao grupo, como um todo, e de cada participante do grupo. Embora tenha um papel ativo em grupo, sua proposta não deve ser intrusiva ou imposta, mas sim, de acolhimento à diferença e de incentivo na construção de uma identidade grupal.

É na medida em que essas mulheres podem sentir e pensar suas relações, em novos contextos, que poderão também criar novos espaços quanto às regras que desejam e assumem. Nesse sentido, a oficina pretende ser um método participativo de mudança, cujos processos podem ser estimulados, mas não induzidos e, cujos resultados dependem essencialmente do grupo, como rede de atuações e não apenas da atuação competente de uma coordenação.

A avaliação da oficina. Concluindo... Continuando...

Avaliar o processo grupal, no que se refere à realização da tarefa externa, ou seja, aos objetivos que o grupo se propõe a alcançar, significa avaliar o conjunto de suas participantes. A realização da tarefa externa deve andar par a par com a avaliação da chamada tarefa interna, pois só assim cada coordenadora poderá avaliar o que significou a oficina e se houveram mudanças para o grupo e para cada uma de suas participantes (AFONSO, 2006b).

Mais que transmitir conhecimentos, as oficinas em dinâmica de grupo com mulheres vítimas de violência doméstica buscam promover a reflexão e a apropriação desses conhecimentos construídos ao longo de todo o processo grupal, possibilitando a ampliação da compreensão de temas como violência, gênero, relações de poder e sexualidade, e potencializando a busca por melhores condições de vida. Em outras palavras, trata-se de perguntar que tipo de educação deve estar presente na ética da promoção da saúde neste contexto, e como podemos orientar nossas práticas a partir do compromisso social, promovendo a participação, reflexão e resignificação de contextos violentos vividos por essas mulheres.

Acreditamos que o trabalho em grupos nos possibilita desconstruir discursos psicologizantes que só contribuem para justificar as injustiças e exclusão social, a partir de análises naturalizantes dos fenômenos sociais. Nosso papel não se restringe à nomeação de patologias desviantes, que acabam consolidando e orientando práticas excludentes e preconceituosas, em que as diferenças são vistas como anomalias que devem ser “corrigidas”. Um trabalho voltado para a trans-formação de relações sociais desiguais e desumanas exige um processo contínuo de desconstrução de discursos he-

gemônicos cristalizados, que paralisam possibilidades outras de sermos e estarmos no mundo, onde a diferença não aparece como um desvio, um erro que deve ser negado ou excluído, mas como condição fundamental para o processo de mudança.

Tais considerações nos levam a desafios importantes. Torna-se necessário que nos despojemos desse lugar de portador/a de conhecimentos sobre o outro/a, detentores e detentoras de uma verdade dada à priori, e que deve ser transmitida, para ocuparmos uma posição modesta de mediadores e mediadoras, um *entre* que acolhe os discursos em sua diversidade, a partir do emergente de cada encontro.

A Oficina em Dinâmica de Grupo, como prática que se propõe à transformação, de forma participativa e emancipatória, é um método significativo para a promoção de mudanças nos valores sociais que naturalizam a violência doméstica, possibilitando transformações nas relações entre homens e mulheres, em contextos de denúncia de violação de direitos. Além disso, nos permite ampliarmos nossas leituras sobre a realidade destas mulheres que sofrem violência doméstica. Estas são, a nosso ver, as maiores contribuições dos trabalhos e estudos em grupos no campo da violência doméstica.

Referências

AFONSO, Maria Lúcia M. (org.) **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006a.

_____. **Oficinas em dinâmica de grupo na área de saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006b.

CARVALHO, Marília Gomes; TORTATO, Cíntia de Souza. Batista. Gênero: considerações sobre o conceito. In. LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salette (orgs). **Construindo a Igualdade na Diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, 2006. p. 21-32

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUIRADO, Marlene. **Psicologia Institucional**. São Paulo: EPU, 2004.

LANE, Sílvia T. **O Processo Grupal**. In. _____ (org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. p. 78-98.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, Organizações e Instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed, 1977.

LEWIN, Kurt. **Problemas de Dinâmica de Grupo**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1948

LUZ, Nanci Stancki da. Violência contra a mulher: um desafio à concretização dos Direitos Humanos. In. LUZ, N. S; CARVALHO, M. G; CASAGRANDE, L. S. (orgs). **Construindo a Igualdade na Diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, 2006. p. 47-72.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009

ROCHAEL NASCIUTTI, Jacyara C. A instituição como via de acesso à comunidade. In. CAMPOS, R. H. de Freitas (org). **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 100-126.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina, EDIPUCRS, 2002.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

Artigo recebido em 12/05/2011 e aceito para publicação em 25/06/2011